



## **APELO AOS QUADROS TÉCNICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE QUADROS TÉCNICOS, associação sindical à qual estão ligados os sindicatos mais representativos dos trabalhadores da Administração Pública, incluindo muitos milhares de quadros, apela à participação de todos os quadros técnicos e científicos na MANIFESTAÇÃO NACIONAL convocada pela FRENTE COMUM DE SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA que vai ter lugar na próxima sexta-feira, DIA 14 DO CORRENTE MÊS DE MARÇO, EM LISBOA, PELAS 15 HORAS, NO PRÍNCIPE REAL, com destino a S. Bento.

Os quadros técnicos e científicos portugueses têm razões de sobra para lutar contra a política de desvalorização e precarização do trabalho qualificado. Lutemos contra os cortes nos salários e pensões, pela dignificação do trabalho, pelo desbloqueamento das carreiras, pelo regresso às 35 horas de trabalho semanal. Por um governo que não destrua o serviço público.

Os quadros qualificados que trabalham na Administração Pública têm sido alvo de sucessivos ataques de governos que desvalorizam o seu trabalho e, de forma geral, a natureza de serviço público das funções que desempenham. Embora funções de importância capital para a população e para o país, por força dos seus conhecimentos de base científica, ou formação especializada, em grande parte formação de nível superior, os quadros técnicos e os investigadores científicos e, de forma geral, todos os que trabalham em Ciência e Tecnologia, têm sofrido desqualificações inaceitáveis nos últimos anos, ora de congelamento de salários e de concursos de ascensão na carreira, ora cortando salários, ora degradando o funcionamento dos organismos de I&D do Estado onde trabalham e procuram criar riqueza para o país. O actual governo PSD-CDS tem levado essa política a um nível nunca visto desde o 25 de Abril de 1974.

No que respeita a perda de salário dos profissionais mais qualificados da Administração Pública o governo (ainda) em funções tem-se destacado dos anteriores. Em artigo publicado no Diário de Notícias do passado dia 5, sobre perda de "rendimentos líquidos de IRS" de "funcionários públicos" entre 2014 e 2011, pode verificar-se que há perdas brutais; por exemplo, um "funcionário público casado" com salário de 900 €/mês, um salário devido, grosso modo, já a um Técnico Superior, portanto trabalhador com curso universitário ou politécnico, a perda de rendimento foi de 1.399 €. E no caso de vencimento de 2.000 €/mês, ganhos em que se situa grande parte de quadros superiores seniores, portanto muitos anos de experiência, a perda foi 4.098 €, ou seja, uma perda equivalente a dois vencimentos!

Acresce a situação de milhares de jovens com formação superior que trabalham a título precário na Administração Pública, nomeadamente em organismos da administração pública central, sob o título pomposo, mas enganador, de Bolseiros de Investigação Científica. Enganador porque são trabalhadores que desempenham funções técnico-científicas para satisfação de necessidades permanentes dos serviços onde estão colocados,

cumprindo os horários usuais e com dependência hierárquica, muitos deles há anos. Ou seja, não deviam estar com um vínculo precário mas sim como trabalhadores com iguais direitos aos colegas do quadro.

É claro que estas políticas de desvalorização do trabalho qualificado adoptada pelo governo não podiam deixar de ser aproveitadas pelo "mercado" privado: à boleia destes procedimentos do governo para a função pública começam a oferecer-se no mercado de trabalho salários rebaixantes da dignidade profissional, como, por exemplo, está acontecendo com os enfermeiros, sobre os quais têm sido noticiadas ofertas de "salários" da ordem dos 3 euros/hora, ou seja, menos de metade do que se paga a uma trabalhadora de serviço doméstico ocasional. Ou o que está acontecendo com jovens arquitectos, a quem se está oferecendo quantias inferiores ao que se paga a um desenhador.

Basta de nos indignarmos só em família e entre amigos, é inadiável passar ao protesto público na rua, junto aos demais trabalhadores. Unidos podemos vencer esta batalha. É urgente substituir o governo por outro que tenha outra política, uma política que respeite os direitos de quem vive só da venda da sua força de trabalho, uma política a favor do povo e do país, uma política que aposte na produção de bens e serviços que fazem falta aos portugueses e ao sistema produtivo nacional, uma política que proteja as funções sociais do Estado, uma política que valorize o conhecimento científico e a competência técnica que proporcionam a inovação e a criação de riqueza para o país.

**É PRECISO LUTAR PELA DEMISSÃO DO GOVERNO E ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ANTECIPADAS!**

Lisboa, 12 de Março de 2014

A Direcção Nacional da CPQTC